



EDITORA



UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das ciências



10455881 Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores

Mônica Castagna Molina
Fernando Michelotti
Rafael Litvin Villas Boas
Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das
Ciências Agrárias
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Equipe editorial

Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial

Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento
de imagens, produção gráfica,
vetorização de
figuras/gráficos/tabelas/quadros,
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio	
Roseli Salete Caldart.....	06

Apresentação	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro	
Jonas Duarte.....	218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

Posfácio	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....	463
--	------------

A respeito dos Autores.....	467
------------------------------------	------------

EIXO 4

**FEIRAS DA
REFORMA AGRÁRIA,
AGROECOLOGIA E
RELAÇÃO CAMPO E
CIDADE**

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar

Barbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária

Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE

Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular

*Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani,
Daniel Mancio e Andrea Matheus*

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar

Bárbara Loureiro Borges¹

Fábio Ramos Nunes²

Introdução

O presente trabalho busca apresentar um processo de evolução do agronegócio a partir do avanço do capital financeiro no campo brasileiro. À medida que aumenta a área plantada e a produtividade de *commodities* agrícolas, há uma inversão no processo de produção de alimentos para atender às demandas da população. A fim de superar esse modelo de produção é necessário propor uma nova estrutura de organização do campo, em que a agroecologia e a soberania alimentar sejam elementos fundantes.

O artigo apresenta ainda a proposta de construção de feiras como forma de comercialização que aproxime os camponeses dos trabalhadores da cidade por meio de uma relação de comércio mais justa para ambos os lados, buscando a construção de novas relações sociais, políticas e organizativas entre os trabalhadores do campo e da cidade.

¹Militante do MST. Engenheira Florestal. Especialização no curso "Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo: formação em cooperação, agroecologia e cultura, com ênfase na organização social". Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader/UnB).

²Militante do MST. Administrador. Especialização no curso "Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo: formação em cooperação, agroecologia e cultura, com ênfase na organização social". Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader/UnB).

Para essa finalidade, destaca-se o papel do Residência Agrária no processo de formação e qualificação de profissionais, e o esforço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na busca de alternativas não apenas determinadas pelo lucro, mas também no sentido de promover o diálogo com a sociedade sobre o novo modelo de Reforma Agrária que busque a reestruturação do campo, baseado na produção de alimentos para suprir as necessidades do povo brasileiro. A Reforma Agrária Popular proposta pelo MST constitui elemento fundamental para a garantia da soberania alimentar.

O curso “Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo, formação em cooperação, agroecologia e cultura, com ênfase na organização social” foi realizado no período de 2013 a 2015 na Universidade Brasília - Faculdade UnB Planaltina. Teve como objetivo qualificar profissionais com atuação em assentamentos rurais e comunidades tradicionais do Distrito Federal, nordeste Goiano, noroeste Mineiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Com o sistema de alternância, o curso contou com etapas em Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), articulando processos formativos e educativos. A proposta de qualificação contou ainda com três eixos³ de formação: (1) Formação Política, Pesquisa e Cooperação; (2) Agroecologia e Organização de Assentamentos; (3) Cultura, Arte e Comunicação.

No TU, a organicidade interna da turma baseava-se nos núcleos de base envolvendo estudantes dos dois eixos de habilitação e de diferentes regiões. No TC, os estudantes se organizavam em Núcleos Territoriais (NTs) com o intuito de articular o ambiente de estudo com a prática nas comunidades. As ações nos Núcleos Territoriais proporcionaram o desenvolvimento de experiências importantes para o processo de formação e organização dos camponeses, destacando a criação de Escolas Itinerantes de Formação, que romperam o período formal do curso e continuam a funcionar.

O processo de construção do Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno é mais recente e parte do acúmulo histórico de organização dos movimentos sociais do campo e do legado

³Eixo 1 era comum a todos os estudantes, os eixos 2 e 3 foram ministrados em paralelo, como habilitações, mas com atividades de integração entre Agroecologia e Cultura.

de organização territorial implementada no Curso Residência Agrária. Esse processo surge da parceria entre o MST e entidades públicas e privadas, e está em fase de organização produtiva nos assentamentos e acampamentos.

Assim, o Circuito será implementado em quatro territórios (quatro etapas) que tiveram a atuação do Residência. A primeira etapa, Planaltina/DF – NT Planaltina, foi realizada entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2016. No decorrer do primeiro semestre de 2017, serão realizadas as seguintes etapas: Etapa Brazlândia/DF – NT Brazlândia, Etapa Unaí/MG – NT noroeste Mineiro e Etapa Formosa/GO – NT nordeste Goiano.

Agronegócio e a inversão da produção no campo

O avanço do capital financeiro sobre o campo brasileiro baseia-se na otimização dos lucros com investimentos em grandes empresas capitalistas dos setores agroalimentar e florestal, seja por aquisição ou arrendamento das terras, utilizando-se de uma acumulação primitiva permanente ou acumulação via espoliação para exploração das terras e dos recursos naturais.

As opções empresariais consideradas pelo agronegócio como promissoras para ampliar a acumulação capitalista pela via da espoliação são as estratégias burguesas de concentração da terra, da produção agropecuária e florestal em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivismo insano. O efeito de tais estratégias é o uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes híbridas, transgênicas e mutagênicas, além de exercitarem recorrentemente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses (CARVALHO, 2013).

Dados estatísticos evidenciam o aumento na concentração da terra em grandes propriedades no Brasil. De acordo com Carvalho (2013, p. 32), “de 2003 a 2010, as grandes propriedades ampliaram a área total dos imóveis desse estrato em 104 milhões de hectares”. Apesar do aumento da quantidade desses imóveis e do apoio de políticas públicas, diminuiu o número de grandes propriedades consideradas produtivas.

A acumulação via espoliação é resultante, segundo Carvalho (2013, p. 34), “de um pacto estratégico da economia política entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria, a propriedade fundiária e o Estado”, financiando o agronegócio e considerando que a exploração dos trabalhadores, a degradação do meio ambiente e a desnacionalização do campo são iniciativas necessárias para o progresso capitalista, desconsiderando, portanto, a reprodução social dos povos da terra e a soberania alimentar. Andrade e Gomes Júnior (2014, p. 55) apontam que “os temas de acesso aos alimentos sempre se subordinaram à lógica dos interesses do mercado em detrimento da lógica da satisfação das necessidades humanas”.

Esse modelo de produção aumenta a quantidade de produtos destinados à exportação em detrimento da produção de gêneros alimentícios que visam garantir as necessidades da população. Andrade e Gomes Júnior (2014, p. 61) afirmam que “já em 2006, a produção de soja, milho e cana-de-açúcar como principais *commodities* brasileiras representavam 495 milhões de toneladas produzidas, enquanto as culturas tradicionais, somente 22,7 milhões de toneladas”.

A comparação das participações das áreas plantadas de milho entre 1990 e 2012 no Brasil e regiões, nas respectivas áreas totais plantadas com lavouras temporárias, mostra que, em termos nacionais, houve uma redução nessa proporção no período em consideração. No entanto, o aumento da participação na região Centro-Oeste, com os ganhos de produtividade que acompanharam a expansão do milho naquela região (ainda com solos não exauridos), foi um fator que garantiu o incremento da produção nacional (TEIXEIRA, 2014).

No caso da soja, dados da Tabela 1 apontam que, de 1990 a 2012, houve um aumento expressivo na produção desse item no Brasil, em especial nas regiões com potencial para expansão da fronteira agrícola. No ano de 2012, a região Norte apresentou um aumento de 48 vezes na produção de soja em comparação com o ano de 1990. Do mesmo modo, na região Nordeste houve um aumento de 27 vezes e na Centro-Oeste, 5,4 vezes no período comparado.

Tabela 1:
Soja - Produção - Brasil e regiões 1990 e 2012 (toneladas)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1990	19.897.804	44.392	225.502	1.685.994	11.500.593	6.441.323
2012	65.848.857	2.135.471	6.099.400	4.640.455	17.962.829	35.010.702

Fonte: IBGE apud TEIXEIRA, 2014, p. 47

Na contramão das *commodities*, a produção dos alimentos que compõem a base da alimentação popular está perdendo espaço nos plantios nacionais. De acordo com Teixeira (2014, p. 31), "a área plantada com trigo, arroz, feijão e mandioca que, no conjunto, correspondia a 32% da área total em 1990 declinou para 15% em 2012. Em sentido oposto, a área plantada com soja passou de 25% para 40%".

O pressuposto de que a Revolução Verde⁴ seria imprescindível para acabar com a fome não é aceitável, tendo em vista que priorizou a produção de *commodities* para exportação. Além disso, o fim das políticas de estocagem de alimentos aliado à redução da área de plantio desses gêneros volatiliza os preços de produtos necessários à alimentação da população, como a inflação do preço do feijão em 2016.

O modelo de produção agrária atualmente hegemônico no Brasil, marcado pela entrada do capitalismo no campo e pela Revolução Verde que lhe dá sustentação, revela-se perverso em seu modo de apropriação/exploração/expropriação da natureza e da força de trabalho. O agrotóxico é uma expressão de seu potencial morbígeno e mortífero que transforma os recursos públicos e os bens naturais em janelas de negócios (CARNEIRO, 2015).

No contexto da "economia verde", a proposta de "desenvolvimento" baseada na transgenia se apresenta como capaz de minimizar os efeitos am-

⁴O modelo da Revolução Verde tinha por objetivo impulsionar a produtividade agrícola e atualizar o latifúndio atrasado para que ele pudesse continuar a produzir para a exportação (MOURA, 2010), gerar excedentes na produção agrícola que pudessem ser transferidos a outros setores econômicos, adquirindo bens de capital e de consumo de origem industrial (KAY, 2002).

bientais nocivos da Revolução Verde. Todavia, trata-se de mais um engodo, posto que o agroquímico faz parte do pacote tecnológico, da venda casada de semente geneticamente modificada e do agrotóxico para o qual é resistente. Graças à soja transgênica, o Brasil passou a recordista mundial no mercado de agrotóxicos (CARNEIRO, 2015).

O cenário do mercado de agrotóxicos, atualizado para 2010, mostra que naquele ano houve um crescimento de 190%. As maiores empresas que controlam esse mercado são multinacionais instaladas no Brasil: Basf, Bayer, Dupont, Monsanto, Syngenta e Dow (CARNEIRO, 2015).

Além disso, a engenharia genética, por meio da revolução biotecnológica, estimula a concepção de semente como mercadoria e a dominação do mercado pelas grandes empresas que detêm a tecnologia, tornando os produtores reféns da lógica implantada. As sementes deveriam ser consideradas patrimônio comum da humanidade, porém, como descreve Lacey (2008, p. 211), "quando são submetidos a alterações pela engenharia genética, os produtos tornam-se propriedade privada".

A agroecologia surge como a alternativa ao modelo de produção do agronegócio, mas é necessário o entendimento de sua importância, por produtores e consumidores, nos diversos estágios de organização da produção. Há a necessidade de aprofundar o estudo e a difusão de práticas alternativas de produção de alimentos em escala para alimentar a sociedade, aumentando a soberania dos povos. A agroecologia é a alternativa necessária.

Altieri (2012, p. 104) afirma que "a ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, oferece uma base mais ampla para avaliar sua complexidade".

A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos (ALTIERI, 2012).

Nesse sentido, a agroecologia abrange os elementos dos agroecossistemas complexos, com uma preocupação com o meio ambiente e as atividades humanas necessárias ao desenvolvimento da produção, tornando-a sustentável. Assim, diversas técnicas e estratégias são utilizadas para redução de impactos ambientais e para minimizar a dependência de insumos externos à unidade produtiva.

Ademais, a diversificação dos agroecossistemas proporciona melhoria da qualidade de vida das famílias a partir da ampliação da disponibilidade de alimentos saudáveis para o consumo. Outro fator importante é a possibilidade de aumento da renda familiar constante, tendo em vista a variedade de produtos que permite superar desafios, como a sazonalidade, por exemplo.

A agroecologia é uma alternativa fundamental para contrapor o modelo de produção convencional, que visa unicamente ao lucro, deixando de lado as relações sociais e ambientais. É uma ferramenta que atende aos anseios da agricultura camponesa, melhorando a qualidade de vida a partir da disponibilidade de alimentos saudáveis e da geração de emprego e renda para as famílias do campo.

Reforma Agrária Popular e produção de alimentos saudáveis

O modelo de produção capitalista, além de dominar o processo de produção de riquezas e de mercadorias agrícolas para o mercado financeiro, também é responsável pelo aumento da concentração de terras nas mãos dos empresários capitalistas. Tendo em vista a superação desse modelo, surge a necessidade de repensar não somente a matriz tecnológica, mas também um amplo processo de redistribuição das terras para uma reestruturação do campo, onde haja uma nova relação com a terra por meio da produção de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para atender às necessidades da sociedade.

A Reforma Agrária, de acordo com Stedile, "é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir

o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir” (2012, p. 657). Porém, há que se pensar numa Reforma Agrária que supere a simples redistribuição da terra para reprodução em escala menor do modelo do agronegócio nas pequenas unidades familiares.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no programa agrário aprovado no VI Congresso Nacional em 2014, referindo-se a essa mudança de natureza, propõe que

[...] precisamos defender agora um novo projeto de Reforma Agrária, que seja popular. Não basta ser uma Reforma Agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para a sociedade urbano-industrial (MST, 2014).

A Reforma Agrária deve integrar relações amplas entre o ser humano e a natureza, envolvendo diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de coprodução homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade, em uma compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2014).

A construção de uma nova natureza da luta pela Reforma Agrária depende de resultados conquistados a partir da definição de novos desafios. Um deles se relaciona diretamente com o objetivo do presente trabalho, que se dedica a apresentar alternativas ao agronegócio e uma nova forma de se relacionar com a sociedade. Assim, conforme apresentado no Programa Agrário do MST (2014), “a Reforma Agrária tem como base a democratização da terra, mas busca produzir alimentos saudáveis para toda a população; objetivo que o modelo do capital não consegue alcançar”.

No contexto da Reforma Agrária Popular, os assentamentos devem ser organizados de forma a potencializar a cooperação agrícola nas suas mais diversas formas, buscando o aumento da produtividade e a melhora das condições de vida para garantir a permanência das famílias no campo

com dignidade. Na Reforma Agrária Popular, deve ser assegurado aos camponeses e camponesas o direito à soberania alimentar, assumindo o controle da produção e da distribuição dos alimentos. Assim, segundo Stedile e Carvalho (2012, p. 720), “soberania alimentar significa que, além de terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los”.

O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantido o acesso a eles em qualquer época do ano e para que a produção desses alimentos seja adequada ao bioma onde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares (STEDILE; CARVALHO, 2012).

A soberania alimentar dá prioridade à produção e ao beneficiamento de alimentos pelas economias locais e à sua distribuição por mercados locais e nacionais, outorgando o poder de produção e oferta alimentar aos camponeses, aos agricultores familiares, aos pescadores artesanais e às diversas formas de pastoreio tradicional. Além disso, trata a produção alimentar, a distribuição e o consumo, assim como o modelo tecnológico, com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica (STEDILE; CARVALHO, 2012).

Na busca por um comércio mais justo, tanto para os camponeses que produzem quanto para os consumidores na cidade, o MST vem buscando alternativas que não sejam apenas determinadas pelo lucro, mas que dialoguem com a sociedade sobre o novo modelo de Reforma Agrária que busque a reestruturação do campo, baseado na produção de alimentos para suprir as necessidades do povo brasileiro. Ademais, a soberania alimentar constitui elemento fundamental da Reforma Agrária Popular, pois, como afirmam Stedile e Carvalho (2012, p. 721), “supõe novas relações sociais livres da opressão e das desigualdades entre os homens e mulheres, entre povos, entre grupos étnicos, entre classes sociais e entre gerações”.

No entanto, o alcance da soberania alimentar vem sendo cada vez mais ameaçado. Para Steel (2008), as mudanças de processamento e distribuição dos alimentos a partir da revolução industrial foram decisivas para o afastamento da sociedade e da natureza, contribuindo de forma decisiva para a invisibilidade dos alimentos. Com o deslocamento da produção de

alimentos para as margens, tanto em relação à geografia quanto na relação com as pessoas, os alimentos passaram a ser adquiridos em “pré-pontos”. Ao mesmo passo, a população foi gradualmente deixando de ter conhecimento sobre a procedência e as formas de distribuição dos alimentos.

Em busca da superação da divisão entre homem e natureza, entre campo e cidade, entendida por Foster (2005) como um processo de ruptura metabólica⁵, é que se inserem as estratégias de comercialização direta entre os camponeses e consumidores, como uma forma de reconexão entre o homem e o meio natural. Entre essas estratégias se destacam as Feiras da Reforma Agrária, as quais trazem na sua concepção que toda a idealização e construção sejam realizadas pelos próprios camponeses, a fim de levar para a cidade as dimensões da vida no campo.

Feiras da Reforma Agrária: o campo e a cidade se encontram

Como parte do processo de construção de iniciativas que visam à reconexão entre a cadeia da produção, processamento e distribuição de alimentos, bem como uma forma de reagir aos contextos em que os conhecimentos locais e as relações de proximidade vêm se erodindo (FONTE, 2008), é que os movimentos camponeses e de luta pela terra se desafiam a realizar grandes feiras nas cidades. Além da participação em feiras de ocorrência periódica, realizam-se feiras de caráter político e cultural mais abrangentes, envolvendo um número maior de assentados e acampados de vários municípios e até de diferentes estados.

As feiras da Reforma Agrária se inserem na estratégia de construção da Reforma Agrária Popular ao permitirem e fortalecerem o diálogo direto e a construção de relações sociais, políticas e organizativas entre os trabalhadores do campo e da cidade.

⁵O conceito de metabolismo, segundo Foster (2005, p. 201), foi utilizado por Karl Marx como “um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza”.

Geralmente, essas feiras são realizadas em locais centrais nas cidades, onde circula um grande percentual de pessoas diariamente, sobretudo de baixa renda, como praças, locais próximos a rodoviárias de ônibus e estações de metrô. Esse fator corrobora com a proposição do Programa Agrário do MST, que afirma ser papel dos camponeses a produção de alimentos saudáveis para atender a todo o conjunto da população como uma premissa de soberania e segurança alimentar. Nessa perspectiva, os alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos produzidos pelos camponeses podem ser levados à população mais pobre da cidade a preços justos e acessíveis.

Essa tem sido uma preocupação nas estratégias alimentares e de abastecimento, especialmente em questões relacionadas à saúde, tanto no que se refere à disponibilidade e acesso de todas as camadas da população aos alimentos em quantidades adequadas, quanto ao crescimento da ingestão de comidas ricas em calorias e gorduras e na contaminação de alimentos por agrotóxicos e aditivos alimentares (CRUZ et al., 2016).

A formação de preços acessíveis se dá com a eliminação da figura do atravessador e seu papel de especulação e revenda de alimentos. Além de permitir ao consumidor acessar um produto de qualidade e a preço acessível, a feira também permite ao produtor um maior ganho direto, posto que não há ação de atravessadores. É importante ainda destacar que a venda direta, realizada pelo próprio agricultor na feira, eleva a autoestima e traz empoderamento a esses sujeitos ao verem sua produção valorizada e reconhecida.

Contudo, a concretização da possibilidade de se levar essa produção de alimentos à cidade esbarra em muitos fatores que ocorrem em todo o processo de desenvolvimento do assentamento, como o acesso à terra, ao crédito, aos fatores de produção disponíveis, à cooperação agrícola, às políticas de comercialização. Assim, o cumprimento de determinação da Constituição Federal de destinar terras que não cumprem a função social para a Reforma Agrária deve ser o primeiro passo para superar essas contradições, mas deve vir acompanhado de uma política efetiva de fortalecimento da agricultura camponesa como alternativa ao agronegócio.

Desse modo, as feiras também se constituem um espaço de luta, resistência e pressão política desses movimentos, que visam envolver toda a sociedade na luta pela Reforma Agrária defendida pelo Movimento Sem Terra. Essa luta se insere no combate ao modelo do capital, tanto no campo, a partir das disputas por terra, controle das sementes, da tecnologia, da biodiversidade, dos bens da natureza, quanto na cidade, a partir da luta por mudanças estruturais que atendam aos interesses e necessidades do povo brasileiro. Desse modo, as feiras constituem instrumentos para apresentar à cidade o projeto de sociedade que os movimentos sociais defendem, baseado numa sociedade justa, igualitária, em que não haja opressores nem oprimidos.

Outro desafio colocado pelas feiras é o de levar para a cidade as dimensões da vida no campo. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos assentados e acampados de Reforma Agrária e todo o papel da mídia de massas em criminalizar esses movimentos sociais, as feiras permitem que a sociedade faça sua própria leitura sobre a produção camponesa e os pilares da Reforma Agrária Popular, como educação, cultura, lazer e saúde.

Em outubro de 2015 foi realizada a primeira Feira Nacional da Reforma Agrária na cidade de São Paulo, reunindo 800 produtores e 80 cooperativas de 23 estados brasileiros mais o Distrito Federal. Durante a feira, foram comercializadas 220 toneladas de alimentos, e estima-se que circularam nos quatro dias cerca de 150 mil pessoas. A Feira Nacional representou a diversidade do Brasil, a expressão cultural camponesa e a cultura organizativa dos movimentos sociais.

Para a assentada da Reforma Agrária e feirante Divina Moura, representante da Cooperativa Mista do Vale da Esperança – COOPERVAL, de Formosa (GO), a feira nacional de São Paulo foi de grande importância para os assentados de Reforma Agrária. Ela comenta:

Foi muito bom ver que o Brasil inteiro estava ali, ver o Nordeste, que, mesmo com toda a distância até São Paulo, levou caminhões carregados de frutas. E o melhor: todo mundo vendeu tudo que levou. O público gostou muito, fazia fila nas barracas. Essas feiras têm que continuar se repetindo e se ampliando.

Em diversos estados também vêm sendo realizadas feiras municipais e estaduais com o objetivo de materializar a Reforma Agrária Popular, debater com a cidade o papel da soberania alimentar, a produção saudável e a diversidade de alimentos.

É nesse contexto e a partir desse acúmulo que o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra do Distrito Federal e Entorno (MST/DFE) também vem construindo a proposta do Circuito de Mostra Cultural e Feira da Reforma Agrária Popular. Esse circuito tem como objetivos fortalecer a organização produtiva e política das famílias assentadas da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno, difundir a Cultura Popular nas suas mais diversas formas de expressão e fortalecer o diálogo entre os trabalhadores do campo e da cidade.

Para alcançar tais objetivos, serão realizadas feiras e mostras culturais nos municípios onde está concentrado o maior número de acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, bem como locais que expressem a vida cotidiana dos trabalhadores da cidade. Dessa forma, no Distrito Federal as feiras serão realizadas nas regiões administrativas com o propósito de inserir e contemplar os moradores desses locais na rede de interações da produção de alimentos e cultura popular, sujeitos esses que por vezes são excluídos do polo cultural concentrado na região central de Brasília. Nos municípios do Entorno também foram escolhidos locais onde circula e se encontra a classe trabalhadora, possibilitando um espaço de confraternização plural e de intercâmbio de experiências entre o campo e a cidade.

Além de todas essas medidas, o Circuito está sendo construído com uma metodologia própria que prevê a realização de seminários regionais de organização e uma jornada de agitação e propaganda no período que antecede a sua realização.

O seminário regional é o momento de apresentação da proposta e discussão com o conjunto das lideranças assentadas e representantes dos empreendimentos solidários (grupos informais, associações e cooperativas), tendo como objetivo principal envolver os próprios atores locais na realização da feira.

Quanto às Jornadas de Agitação e Propaganda, serão realizadas em

locais de grande circulação de cada município participante do circuito como forma de divulgar a atividade e colocar para a sociedade as temáticas da vida do campo, da produção de alimentos saudáveis, das contradições do modelo do agronegócio, entre outros temas ligados à questão agrária. Dessa forma, a jornada se configura como uma ação pedagógica que vai instrumentalizar, em diferentes expressões de linguagem, o debate sobre a Reforma Agrária Popular para os habitantes da cidade, possibilitando que eles questionem o posicionamento hegemônico posto pela sociedade capitalista sobre a Questão Agrária. Essas jornadas são fundamentais para elevar o nível de consciência da classe trabalhadora.

Para que a jornada seja exitosa, deverá ser utilizada uma linguagem simples e clara que seja acessível ao público a ser atingido. Em outras palavras, para cada público, contexto e condição de atuação serão utilizados métodos e instrumentos específicos de agitação e propaganda, como teatro, música, rádio, estêncil, faixas, entre outros.

Outra característica do processo de construção e realização do Circuito diz respeito à própria cultura organizativa dos movimentos sociais camponeses, que têm na sua organicidade e nos seus princípios elementos determinantes para que a proposta de fato contribua com a construção da Reforma Agrária Popular. Assim, os setores e coletivos organizados pelo MST são fundamentais para garantir a realização da feira.

Assim, cabe ao Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente a organização da produção nas áreas de acampamentos e assentamentos e dos produtos a serem comercializados (levantamento de quantidade, diversidade), padronização de embalagens, tamanho e preço. Assim como são tarefas específicas do Setor de Educação articular a participação das escolas do campo e da cidade próxima ao local de realização da feira, organizar a ciranda infantil, criar espaços temáticos de apresentação das experiências do MST no tema da educação.

O Setor de Saúde organizará o espaço para atendimento de possíveis emergências com profissionais qualificados da área, bem como montará um espaço temático para apresentar as experiências em produção de fitoterápicos, hortos medicinais e campanhas de ações preventivas.

A criação da identidade visual do circuito, dos materiais gráficos, a divulgação e produção de materiais, como entrevistas, textos e vídeos, são demandas para o Coletivo de Comunicação. Por outro lado, a organização das apresentações culturais de música, teatro, literatura, cineclube, bem como a ornamentação do espaço com elementos da cultura camponesa serão executadas pelo Coletivo de Cultura. É importante destacar que toda a dimensão cultural do circuito tem como pressuposto a articulação e a valorização da cultura popular local em contraponto à produção dos grandes espetáculos midiáticos.

A fim de levar ao público do campo e da cidade temas centrais do debate da questão agrária, serão realizados seminários, oficinas, cineclubes. Entre os temas a serem trabalhados estão o debate da soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis, o uso de agrotóxicos e seu impacto no meio ambiente e na saúde, a indústria cultural, o feminismo popular e a consciência negra.

Devido à sua característica regional, as feiras também permitem oferecer alimentos de cultivo tradicional de determinadas regiões, refletindo hábitos de consumo peculiares e preservando características específicas de sua produção. Para tanto, serão montados espaços de culinária típica e regional, em que pratos serão preparados e comercializados no próprio local. Esse espaço traz um sentido expressivo no encontro da cidade com o campo, ao remontar hábitos alimentares e produtos por vezes já esquecidos em razão do padrão alimentar industrializado e restrito da população urbana. Para Guivant (2003), a alimentação é fundamental para satisfazer necessidades biológicas, mas também possui um significado cultural que produz identidades sociais e caracteriza estilos de vida.

Conforme afirma Steel (2008), o papel da alimentação nas sociedades atuais deve ser repensado, de modo que não apenas a comida ganhe visibilidade, mas também possa criar condições para reflexão sobre a origem e o modo de produção e distribuição desses alimentos.

Na primeira etapa do Circuito, realizada na Praça São Sebastião, no Centro Histórico de Planaltina, entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2016, já é possível identificar o resultado positivo da interação dos diversos ato-

res que estiveram envolvidos no processo de construção do evento. Foram comercializadas mais de 12 toneladas de alimentos produzidos de forma agroecológica nos assentamentos de Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno, entre industrializados e *in natura*, como hortifrúti, pães, geleias, queijos, doces, artesanatos, mudas medicinais e frutíferas, entre outros.

A cultura popular foi representada na feira por apresentações musicais de viola caipira, grupos de catira, *hip hop*, samba de roda e coco, em contraponto à cultura de massa. As atividades de formação contaram com seminários, oficinas e cineclubes com temas sobre a alimentação saudável, o papel da mulher na sociedade e as formas de violência enfrentadas, participação da juventude, cultura e comunicação popular.

No espaço de culinária típica e regional foram montadas aproximadamente dez barracas, nas quais os assentamentos comercializaram pratos típicos da região, como a galinhada com pequi.

Os espaços da Ciranda Infantil e o Cantinho da Saúde também contaram com atividades específicas. A Ciranda Infantil, além de se ater ao cuidado com as crianças dos assentamentos e acampamentos, também preparou atividades pedagógicas e formativas para esse público, como apresentação de mamulengo, teatro, palhaços e brincadeiras populares. Por sua vez, o Cantinho da Saúde contou com o espaço de cuidado médico e oficinas de práticas populares em saúde alternativa.

A comercialização de mais de 100 variedades de alimentos saudáveis pelos 200 feirantes presentes e as demais atividades culturais e formativas que compuseram a programação da feira contribuíram para aprofundar o diálogo com a sociedade sobre a necessidade do fortalecimento da Reforma Agrária como contraponto ao modelo hegemônico de produção. Tal modelo prioriza a produção de *commodities* com uso indiscriminado de agrotóxicos, causando enormes prejuízos ao meio ambiente e à saúde humana.

A escolha da Região Administrativa de Planaltina esteve alinhada às denúncias de aumento da intoxicação da população do DF por agrotóxicos. Em audiência pública sobre o tema, realizada no dia 1º de dezembro de 2016 na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa) revelou que o uso de agrotóxicos por unidade plantada (hectare) no DF subiu 63%, ao mesmo tempo que o registro de intoxicações a cada 100 mil pessoas cresceu 3.519% entre 2008 e 2013.

Desse modo, as feiras da Reforma Agrária constituem ferramenta fundamental de diálogo do campo com a cidade, sobretudo nas dimensões culturais e da produção de alimentos. Para o alcance da soberania alimentar, é necessário que esse debate ocupe um papel central na vida e na cultura da população urbana, ao passo que é fundamental que o controle sobre a produção esteja nas mãos dos próprios camponeses, a fim de que toda a população tenha acesso a esses alimentos todos os dias, em quantidade e qualidade suficientes para viver com dignidade e saúde.

Considerações finais

As feiras da Reforma Agrária oferecem à cidade uma produção saudável, diversificada e socialmente justa, considerando os sujeitos que a produzem e os que a consomem. A primeira etapa do Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno, com a exposição de alimentos saudáveis e as mostras culturais associando a viola caipira, o samba de raiz e o *hip hop*, possibilitou espaços de confraternização e de intercâmbio de experiências entre o campo e a cidade.

Tendo em vista a organização produtiva das famílias assentadas, prevê-se que as feiras possam ser instrumentos importantes para criar processos de perenização em locais permanentes, consolidando canais de comercialização direta. Espera-se ainda a criação e o fortalecimento dos coletivos de produção nos assentamentos e acampamentos, bem como o fortalecimento das cooperativas e entidades representativas das famílias.

Destaca-se ainda que as feiras da Reforma Agrária são iniciativas importantes para impulsionar o debate sobre as contradições do modelo capitalista de produção agrícola baseado no lucro das grandes empresas, ao mesmo tempo que ressaltam a necessidade do fortalecimento do modo de produção camponês com base na matriz tecnológica da agroecologia.

Referências

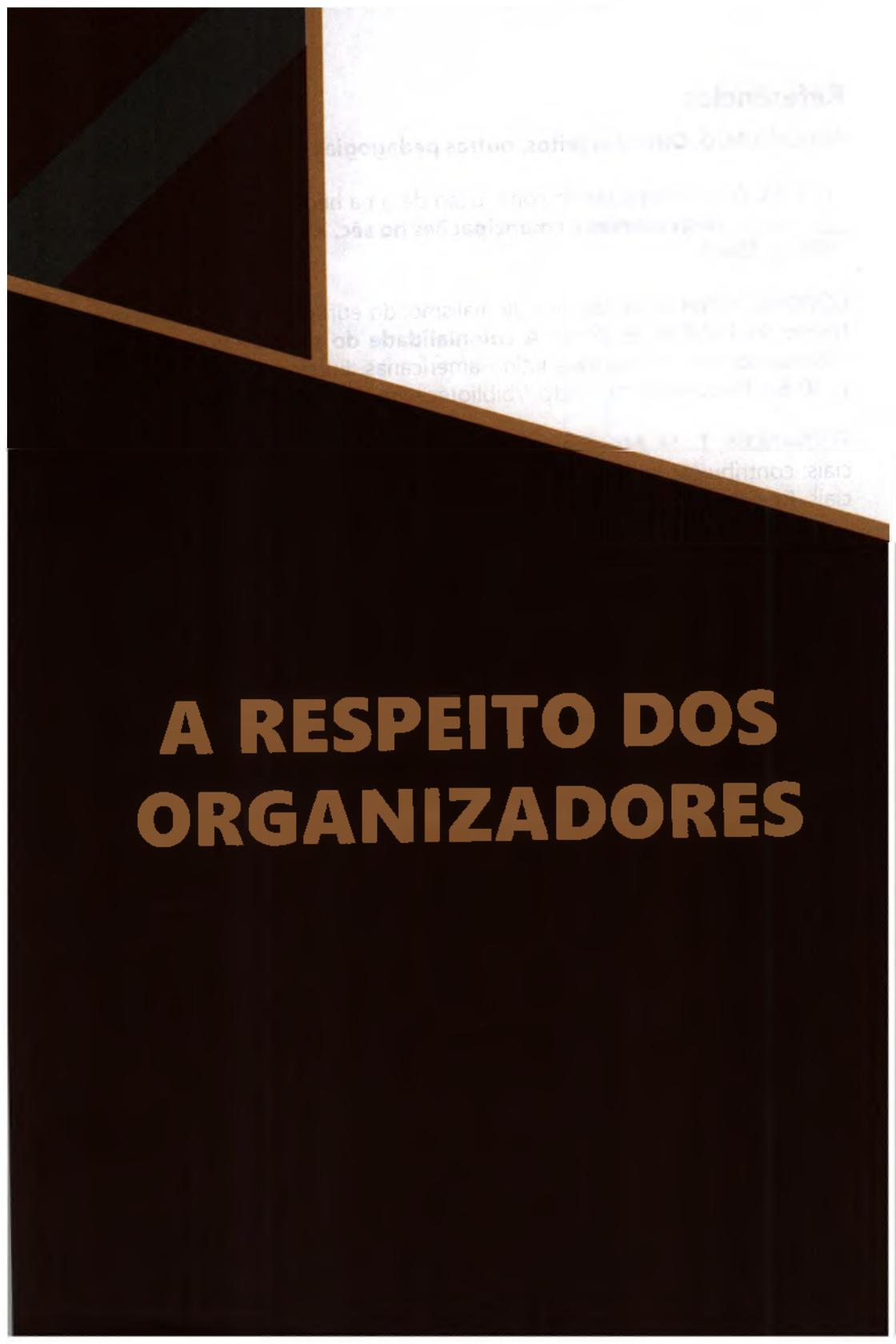
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANDRADE, E. R.; GOMES JÚNIOR, N. G. Produção de alimentos e acumulação capitalista no Brasil: da insuficiência à inadequação do consumo alimentar. In: ABRA. Soberania Alimentar e Reforma Agrária. **Rev. Assoc. Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, 2014. p. 53-66.
- CARNEIRO, F. F. (Org.). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. In: ABRA. Agronegócio e realidade agrária no Brasil. **Rev. Assoc. Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, 2013. p. 31-43.
- CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. v.1.
- FONTE, M. Knowledge, food and plave: a way of producing, a way of knowing. **Sociologia Ruralis**, v.48, n.3, p. 200-222, 2008.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GUIVANT, J. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente & Sociedade**. v.6, n.2, p. 63-81, 2003.
- KAY, C. Reforma Agrária, industrialización y desarrollo: ¿Por qué Ásia Oriental superó a América Latina? **Debate agrário: analisis y alternativas**, Lima, n.34, p. 45-94, 2002.
- LACEY, H. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MOURA, L. H. G. **Questão agrária e hegemonia: o pré-assentamento como campo de batalha entre a alienação e a emancipação**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MST - MOVIMENTOS DO TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST**. São Paulo: MST, 2013.

STEDILE, J. P. Reforma Agrária. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEEL, C. **Hungry city**. How food shapes our lives. London: Chatto & Windus, Vintade, 2008.

TEIXEIRA, G. Subsídios para a análise do quadro de abastecimento dos alimentos básicos no Brasil. In: ABRA. Soberania alimentar e Reforma Agrária. **Rev. Assoc. Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, 2014, p. 27-52.



A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS
AUTORES



**A RESPEITO DOS
AUTORES**

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaurly da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baidés: Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perieto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaina Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG).

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salette Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

